



## PODER

Após série de negociações, puxão de orelhas de Lira no Executivo e liberação de R\$ 1,7 bilhão em emendas parlamentares, Câmara aprova medida provisória que reestrutura a Esplanada. Texto precisa do aval do Senado, hoje, para não caducar

# Com injeção de dinheiro, governo salva MP

» TAÍSA MEDEIROS  
» RAPHAEL FELICE  
» ÁNDREA MALCHER  
» HENRIQUE LESSA

Apesar do sufoco causado pela falta de articulação do governo, a Câmara aprovou, ontem à noite, a medida provisória que reestrutura a Esplanada dos Ministérios (MP 1.154). O texto recebeu aval de 337 deputados — 125 foram contra, e houve uma abstenção.

O dia foi tenso, com várias reuniões de negociações e até a liberação de R\$ 1,7 bilhão em emendas parlamentares. Tudo para conseguir o aval dos deputados à MP, que caducará se não for aprovada, ainda hoje, pelo Congresso. Se isso acontecer, voltará a estrutura ministerial do governo Bolsonaro, e 17 ministros perdem os cargos. O texto será apreciado, agora, no Senado.

A movimentação para salvar a MP começou de manhã, numa reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com seus auxiliares da coordenação política — como os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), bem como o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Após o encontro de emergência, o chefe do Executivo telefonou para Lira, com o objetivo de tratar o tema.

Em outra frente, o governo liberou mais de R\$ 1,7 bilhão em emendas para os parlamentares. O montante significou um recorde neste terceiro mandato de Lula, mas pode não ser suficiente para frear o descontentamento de congressistas com a articulação política do governo.

Em conversa com jornalistas, após participar de uma reunião reservada da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência no Senado, o ministro Rui Costa disse que “a liberação

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Após a bronca no governo, Arthur Lira comandou uma sessão que aprovou a medida provisória por 337 votos: corrida contra o tempo

### Sem diálogo

Deputados afirmam que falta Lula entrar na articulação, pois os atores escalados já não têm mais crédito. O chefe do Executivo é visto como alguém distante do Congresso, que não tem mantido as portas abertas para ouvir os parlamentares. Estaria escutando apenas aliados mais próximos, especialmente os líderes petistas Zeca Dirceu (PR) e José Guimarães (CE).

de recursos para emendas e nomeações não é função da Casa Civil”. A maior parte das verbas está vinculada a ações do Ministério da Saúde e deve se direcionar a prefeituras em que parlamentares apresentaram emendas ao Orçamento.

### Na bronca

Horas depois, Arthur Lira foi enfático ao afirmar que há, sim, uma “insatisfação geral” com a articulação do governo e avisou que, se a proposta não fosse aprovada ontem ou nem fosse votada, “a Câmara não deverá ser responsabilizada”. “O problema não é na Câmara, não é do Congresso. O

problema está no governo, na falta ou na ausência de articulação. Não tenho mais como empenhar o meu papel em estar conduzindo as matérias do governo, do Estado, de interesse do país. A gente tem dado o nosso máximo”, disse Lira, em entrevista coletiva. Ele voltou a ressaltar que a “realidade do Congresso não é a mesma”, referindo-se ao parlamento encontrado por Lula em seus mandatos anteriores.

O presidente da Casa ainda defendeu o trabalho do relator da matéria, Isnaldo Bulhões (MDB-AL), que, segundo ele, “foi criticado e não foi defendido pelo próprio governo que ajudou a fazer o parecer”. Sobre as hipóteses

de que estaria pedindo contrapartidas e ministérios para a votação da matéria, Lira foi incisivo: “Não há achaque, não há pedido, não há novas ações. O que há é uma insatisfação generalizada dos deputados, e talvez dos senadores, que ainda não se posicionaram, com a falta de articulação política do governo, não é de um ou outro ministro”.

Lira também comentou o teor da conversa telefônica que teve com Lula. “Eu expliquei para ele as dificuldades que o governo não tem, e é preciso que a imprensa trate isso com clareza. Nós estamos fazendo um esforço sobre-humano para que essas coisas tramitem”, destacou.

## Processo contra Lira

» RENATO SOUZA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para julgamento na Primeira Turma da Corte uma ação contra o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acusado de corrupção passiva.

O caso deve ser analisado na próxima terça-feira. A devolução do processo ocorre em meio a embates entre Lira e o Planalto em torno de temas que interessam ao governo.

O deputado tem pressionado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para obter mais cargos em ministérios e adiantar a liberação de emendas parlamentares.

O maior embate, até agora, se deu em torno da medida provisória que reestrutura a organização da Esplanada, criando ministérios.

### Ação da PGR

A ação que tramita no Supremo foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que acusa Lira de corrupção passiva por, supostamente, ter recebido R\$ 106 mil em propina do então presidente da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), Francisco Colombo. O dinheiro foi apreendido no Aeroporto de Congonhas com um assessor do parlamentar. As cédulas estavam escondidas nas roupas dele e seriam enviadas a Brasília.

O julgamento começou em 2020, mas foi interrompido, no ano passado, por um pedido de vista (mais tempo para análise) de Toffoli. O magistrado tinha até 19 de junho para devolver o processo.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

Não interessa ao Palácio do Planalto que o projeto volte para a Câmara, o que provocaria a apresentação de outras emendas e difíceis negociações

## Relator pretende manter o Fundo Constitucional do DF

O relator do novo arcabouço fiscal (PLP 93-2023) na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), Omar Aziz (PSD-AM), disse, ontem, que pretende manter o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) nas bases propostas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revisando, pois, a emenda aprovada pela Câmara, do deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator do projeto. No texto original do Executivo, não havia menção ao FCDF. Estima-se uma perda de receita da ordem de R\$ 87 bilhões em 10 anos, sem levar em conta a expansão demográfica do Distrito Federal e do entorno de Goiânia e de Minas.

“Estou conversando com os colegas da comissão para manter o texto original, a pedido da bancada do Distrito Federal”, afirmou Omar Aziz, que presidiu a

CPI da Saúde, durante a pandemia da covid-19. Caso o texto seja mantido, em alguns anos, a nova regra de cálculo pode colapsar os serviços públicos do DF principalmente na educação, na saúde e na segurança pública.

Ontem, o governador Ibaneis Rocha (MDB) se reuniu com Omar Aziz e conseguiu sensibilizá-lo em relação à importância do Fundo para a capital do país. Há dois caminhos para reverter a decisão: o relator retirar a emenda do projeto que altera o FCDF ou negociar com o governo para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vete a mudança. Não interessa ao Palácio do Planalto que o projeto volte para a Câmara, o que provocaria a apresentação de outras emendas e difíceis negociações.

Houve intensa mobilização da bancada do Distrito Federal, ontem, no Congresso. As conversas

com o relator foram bastante produtivas. Além do governador Ibaneis, participaram o secretário de Planejamento, Orçamento e Administração do DF, Ney Ferraz; os senadores Leila Barros (PDT-DF), Izalci Lucas (PSDB-DF) e Eduardo Gomes (PL-TO); e o deputado federal Alberto Fraga (PL-DF). O líder do governo, senador Jacques Wagner (PT-BA), também é a favor de uma solução que preserve o Fundo.

“Estamos trabalhando para buscar uma estratégia junto ao senador Omar Aziz para que haja um acordo com a Câmara, e o texto não precise voltar, ou um acordo com o Executivo para que haja um veto”, garantiu Izalci. A senadora Leila Barros, na conversa com o relator, destacou que o Fundo “é essencial para mantermos a segurança pública dos Três Poderes e garantirmos a qualidade

de vida dos brasilienses”.

O Fundo está previsto na Constituição Federal e assumiu os moldes atuais em 2002, após uma lei assinada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi criado para o custeio da organização e manutenção da Polícia Civil, Polícia Penal, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar da capital federal. Após os atos golpistas de 8 de janeiro, em razão das falhas de segurança das forças do DF encarregadas de proteger a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes, cogitou-se no Ministério da Justiça utilizar esses recursos para a criação de uma Guarda Nacional, mas a proposta não foi adiante.

Em 2002, a lei que regulamentou o Fundo incluiu educação e saúde nos gastos. Atualmente, os recursos do FCDF são utilizados para investimentos e outras aquisições pelas forças de segurança, além da folha de pagamento das forças de segurança e do pessoal da saúde e da educação. Para 2023, a previsão do repasse é de R\$ 22,97 bilhões, teve uma alta de 48,7% na comparação com o ano anterior. Entretanto, o GDF

não tem o poder de gerenciar os recursos do FCDF. Para conceder o reajuste dos servidores da Segurança Pública, é necessária autorização por lei federal que seja aprovada no Congresso.

O Distrito Federal depende da boa vontade da maioria da Câmara, pois conta com uma bancada de apenas oito deputados, num universo de 513 parlamentares. No Senado, como são três senadores de cada estado, a bancada do Distrito Federal tem mais capacidade de convencimento dos demais 78 senadores.

Um dos objetivos do governador do DF, Ibaneis Rocha, neste segundo mandato, era conquistar a autonomia da gestão do FCDF, mas os atos de 8 de janeiro não somente inviabilizaram essa pretensão, como colocaram em risco as receitas provenientes do Fundo. Os desgastes políticos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário fomentam, fora de Brasília, o senso comum de que a capital do país não necessita desses recursos, mas isso não é a realidade.

Com padrão urbano excepcional, por causa de sua concepção de cidade-parque, do Plano Piloto

e da arquitetura monumental da Esplanada, Brasília foi construída para abrigar uma população de 300 mil habitantes. Hoje, são 3 milhões de brasileiros, vindos de todas as regiões do país para a cidade, que oferece serviços públicos dos quais dependem, também, 1,5 milhão de pessoas residentes em cidades goianas e mineiras da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico-Ride/DF.

Para se ter uma ideia do impacto negativo dessa expansão urbana, provocada pela migração de brasileiros de todas as regiões do país, o Sol Nascente, na periferia do Distrito Federal, tornou-se a maior favela do Brasil, segundo dados da prévia Censo 2022, do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o levantamento, a região ultrapassou a Rocinha, no Rio de Janeiro, em número de domicílios. A pesquisa mostra que, atualmente, o Sol Nascente tem 32.081 domicílios, a maioria precária, enquanto a Rocinha tem 30.955. Em comparação com 2010, a favela da capital cresceu 31%, enquanto a região do Rio de Janeiro aumentou 20%.